

# Sumário

---

1. A PERSPECTIVA JUDICIAL DO DIREITO À BOA ADMINISTRAÇÃO: A BOA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E SUA RELEVÂNCIA PARA O DIREITO PROCESSUAL .....	33
1.1. Premissas conceituais: sistema de justiça, administração judiciária e administração da justiça.....	33
1.1.1. Problemas jurídicos e sistema de justiça.....	33
1.1.2. Administração judiciária e administração da justiça.....	36
1.2. O direito à boa administração.....	38
1.3. O direito à boa administração da justiça .....	40
1.4. A administração da justiça no Brasil: uma visão geral.....	43
1.5. Algumas características do regime jurídico aplicável à administração judiciária da justiça brasileira na atualidade .....	46
1.5.1. Generalidades.....	46
1.5.2. Adoção do paradigma da justiça multiportas e primazia da solução consensual dos problemas jurídicos .....	46
1.5.3. Postura não exclusivamente reativa diante dos conflitos sociais .....	49
1.5.4. Flexibilidade.....	50
1.5.5. Preocupação com a criação de condições para o aperfeiçoamento das capacidades institucionais. Fóruns temáticos e outras estruturas de apoio ao Poder Judiciário.....	52

1.5.6. Caráter participativo .....	59
1.5.7. Ênfase na informatização do processo – construção de um regime jurídico de proteção ao excludo digital .....	60
1.5.8. Estímulo à inovação .....	63
1.5.9. Observação final.....	63
1.6. Decisão administrativa coordenada e administração judiciária .....	63
1.6.1. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro..	63
1.6.2. A decisão administrativa coordenada no contexto dos novos instrumentos de administração judiciária .....	65
1.6.3. Algumas hipóteses de utilização da decisão administrativa coordenada pelo Poder Judiciário .....	66
<b>2. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>69</b>
2.1. Contexto de criação.....	69
2.2. Composição e competências .....	70
2.3. Instrumentos de atuação.....	73
2.4. As funções do CNJ no Sistema Brasileiro de Justiça.....	77
2.5. O papel do Conselho Nacional de Justiça na regulamentação das serventias extrajudiciais.....	86
2.6. As Resoluções do Conselho Nacional de Justiça: compreensão sob a perspectiva do poder regulamentar .....	94
2.6.1. Regulamentos autônomos .....	97
2.6.2. Regulamentos autorizados ou delegados .....	103
2.6.3. Regulamentos executivos.....	104
2.6.4. Síntese conclusiva. Dimensões do poder normativo do CNJ .....	105
2.7. As Recomendações do Conselho Nacional de Justiça .....	107
2.7.1. <i>Soft law</i> e o Direito processual.....	108
2.7.2. O papel das Recomendações do Conselho Nacional de Justiça .....	109

2.8. O Conselho Nacional de Justiça, regulação da administração judiciária e articulação institucional com os demais sujeitos do sistema brasileiro de justiça .....	114
2.8.1. Introdução .....	115
2.8.2. A atividade regulatória do Conselho Nacional de Justiça .....	116
2.8.3. O Conselho Nacional de Justiça e sua relação com outras portas de acesso à justiça .....	124
<b>3. INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS NA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA .....</b>	<b>131</b>
3.1. O advento da inovação como categoria integrante do regime jurídico de organização e funcionamento do Poder Judiciário.....	131
3.2. A Lei n. 14.129/2021, a Resolução 395/2020 do Conselho Nacional de Justiça e os laboratórios de inovação.....	135
3.3. Boas práticas judiciárias .....	139
3.3.1. Noção e espécies.....	139
3.3.2. A posição das boas práticas na teoria das fontes do Direito processual .....	145
3.3.3. Fundamentos das boas práticas na administração judiciária. O papel do Conselho Nacional de Justiça.....	148
3.3.4. Características das boas práticas judiciárias.....	152
3.3.5. O processo de institucionalização das boas práticas.....	156
3.4. Experimentação e administração judiciária .....	159
3.4.1. Nota introdutória.....	159
3.4.2. Experimentos jurídicos de regulação.....	161
3.4.3. Experimentos jurídicos administrativos.....	165
3.4.4. Experimentos jurídicos processuais.....	166
<b>4. INSTITUTOS REGULAMENTADOS PELO CNJ E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA.....</b>	<b>169</b>
4.1. Institutos e temas previstos no CPC e regulamentados pelo CNJ.....	169

4.1.1. Cooperação judiciária.....	169
4.1.2. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	174
4.1.3. Capacitação e remuneração de conciliadores e mediadores.....	176
4.1.4. Processo em autos eletrônicos.....	177
4.1.5. Plataforma de editais e domicílio eletrônico .....	177
4.1.6. Citação eletrônica.....	178
4.1.7. Perícias.....	181
4.1.8. Banco nacional de dados de demandas repetitivas e de precedentes obrigatórios.....	183
4.1.9. Alienação judicial por meio eletrônico.....	184
4.1.10. Plantão judiciário .....	184
4.1.11. Sessões de julgamento eletrônico no Poder Judiciário.....	185
4.1.12. Audiências e consultas públicas .....	197
4.2. Institutos criados e disciplinados pelo Conselho Nacional de Justiça .....	199
4.2.1. Juízo 100% Digital .....	199
4.2.2. Núcleos de Justiça 4.0 .....	201
4.2.3. Suporte à atuação em determinadas matérias.....	205
4.2.4. Centros de Inteligência.....	212
4.2.5. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC .....	214
4.3. Pesquisas estatísticas para avaliação da efetividade das normas do CPC .....	218
4.4. Administração judiciária negocial e o Conselho Nacional de Justiça .....	222
4.4.1. Observação inicial.....	222
4.4.2. O Conselho Nacional de Justiça e a cláusula geral de negociação processual do CPC-2015 .....	223
4.5. Litigância abusiva (ou predatória).....	224
4.5.1. Introdução .....	224

4.5.2. A litigância abusiva como ato ilícito violador da cláusula geral de boa-fé processual. A Recomendação n. 159/2024 do Conselho Nacional de Justiça .....	230
4.5.3. O Conselho Nacional de Justiça e o tratamento da litigância abusiva .....	240
4.5.4. A litigância abusiva em outras portas de acesso à justiça .....	242
4.5.5. Enfrentamento da litigância abusiva .....	245
4.6. Litigantes vulneráveis.....	253
4.7. Execuções fiscais .....	266
<b>5. REPERCUSSÕES PROCESSUAIS DO REGIME FUNCIONAL DOS MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO: O CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL (RESOLUÇÃO CNJ N. 60/2008) E O DIREITO PROCESSUAL .....</b>	<b>275</b>
5.1. Generalidades .....	275
5.2. Imparcialidade.....	278
5.2.1. O dever geral de imparcialidade e a tutela da aparência de imparcialidade.....	279
5.2.2. Conteúdo do dever geral de imparcialidade.....	281
5.2.3. Preclusão punitiva por conduta atentatória à imparcialidade.....	283
5.2.4. Celebração de protocolos institucionais com litigantes habituais e dever de imparcialidade.....	285
5.3. O dever de clareza na decisão judicial .....	286
5.4. O dever de diligência e o art. 235 do CPC .....	288
<b>6. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: NOVAS PERSPECTIVAS NA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA.....</b>	<b>291</b>
1. Introdução.....	291
2. Inteligência artificial .....	294

3.	Aplicações da inteligência artificial no Poder Judiciário..	296
4.	A Resolução n. 332/2020 .....	299
7.	<b>ENUNCIADOS SOBRE OS TEMAS ABORDADOS NO LIVRO.....</b>	<b>305</b>
	<b>Apêndice I – O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>313</b>
	<b>Apêndice II – ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NA- CIONAL DE JUSTIÇA QUE REGULAM TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....</b>	<b>319</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>335</b>